

EDIÇÃO ESPECIAL

Jornal
Alego



JORNAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS
OUTUBRO | 2018

Mala Direta
Básica
9912410725
Assembleia Legislativa
do Estado de Goiás
Correios



CONSTITUIÇÃO

30 ANOS DA CARTA QUE REDEMOCRATIZOU O BRASIL

OS 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO CIDADÃ

O pensador grego Heródoto eternizou a máxima de que devemos conhecer o passado para compreender o presente e idealizar o futuro. Enquanto registro dos caminhos percorridos pelas civilizações, a História pode também nos servir de guia para que, individual e coletivamente, pensemos sobre as mudanças conquistadas e a realidade que almejamos. Fatos do passado que se tornam marcos – e tempos depois ainda reverberam sobre ideais a serem alcançados – merecem não apenas ser lembrados, mas também celebrados. Esse é o caso da Carta que marcou a redemocratização do Brasil!

Esta edição especial do Jornal Alego faz parte das comemorações da Assembleia Legislativa de Goiás aos 30 anos da Constituição Federal. Aqui você vai conhecer um pouco sobre o constitucionalismo no Brasil, o perfil dos parlamentares constituintes, as mudanças promovidas pelo texto constitucional de 1988 e as diretrizes que

a CF conferiu à Administração Pública.

O documento consolidou a transição democrática, após 21 anos de regime da ditadura. Durante esse período, vários foram os direitos suprimidos dos cidadãos. Direitos hoje garantidos, como o de reunião, de expressão, de associação e de eleições diretas não existiam na época do regime militar.

Além de análises sobre o cenário geopolítico do período e sua relação com a atualidade, o jornal também destaca o aspecto humano. A editoria *Naquele época* traz lembranças vividas por servidores da Casa naquele ano. Já em *Eles também têm 30*, há relatos de servidores da Alego que nasceram no mesmo ano da promulgação. Com esta publicação especial, a Assembleia reforça sua vocação democrática e seu respeito aos valores que consolidaram o texto de 88 como a Constituição Cidadã.

Boa leitura!

CONTEXTO

DITADURA MILITAR



Em 1964, o Brasil passou a viver sob o comando de governos militares. Na ocasião, o Congresso Nacional foi fechado, houve muitos partidos extintos, mandatos cassados e a escolha de presidente e governadores tornou-se responsabilidade de uma junta militar. A partir de 1967, esses cargos passaram a ser preenchidos com eleições indiretas, por meio do sistema de Colégios Eleitorais.

DIVERSIDADE DEMOCRÁTICA



Como todos os grupos políticos e econômicos tinham interesses em torno do texto constitucional, o

Congresso foi palco de intensas discussões e experimentou uma pluralidade de vozes que envolveu agentes do Governo, empresários e movimentos sociais de diversas matizes e temáticas. Os trabalhos se desenvolveram ao longo de 1 ano e 8 meses, até que em 22 de setembro de 1988 o texto foi aprovado no Congresso e em 5 de outubro do mesmo ano foi promulgada nossa Carta Magna. Todo o processo consumiu 9 mil horas de discussão em 320 Sessões Plenárias.

ABERTURA POLÍTICA



Com um processo lento e gradual de abertura política e enfraquecimento do regime militar, em 1982 foram retomadas as eleições diretas para governador, quando cresceu o movimento popular pelo fim da ditadura e pelo voto direto.

No mesmo ano de sua posse, 1985, o presidente José Sarney convocou uma Assembleia Nacional Constituinte, que viria a ser instalada em fevereiro de 1987.

PROMULGAÇÃO

“Declaro promulgado o documento da liberdade, da dignidade, da democracia, da justiça social do Brasil! Que Deus nos ajude para que isso se cumpra!” Com essas palavras o deputado Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte, concretizou a transição democrática brasileira. Naquele momento, a Carta possuía 315 artigos, 573 parágrafos, 934 incisos e 188 alíneas. São 30 anos da Constituição Federal Brasileira. Promulgada em 5 de outubro ela é a lei suprema do nosso país.

Expediente

Diretoria-Geral
Renato Meneses Tórres

Diretoria Administrativa
Ariston José de Araújo

Diretoria de Articulação Política
Marcos Martins

Diretoria de Assuntos Institucionais
Wellington Borges Valim

Diretoria de Comunicação Social
Paulo Tadeu Bittencourt

Diretoria da Escola do Legislativo
Carlos Henrique Santillo

Diretoria Financeira
Alfredo Monteverde Ferreira

Diretoria Legislativa
Marcelo de Araújo Melo

Diretoria Parlamentar
Rubens Bueno Sardinha da Costa

Diretoria de Tecnologia e Gestão
Leonardo Rassi Neto

Diretoria de Gestão de Pessoas
Tasso Honorato Reis Júnior

Informação e Divulgação da Presidência
Joel de Sant'anna Braga Filho

Procuradoria-Geral
Otavila Alves Pereira de Gusmão

Deputados

Álvaro Guimarães
Bruno Peixoto
Carlos Antonio
Charles Bento
Cláudio Meirelles
Daniel Messac
Del. Adriana Accorsi
Diego Sorgatto
Dr. Antonio
Eliane Pinheiro
Francisco Jr
Francisco Oliveira
Gustavo Sebba
Helio de Sousa
Henrique Arantes
Humberto Aídar
Isaura Lemos
Iso Moreira
Júlio da Retífica
Jean Carlo
Jeferson Rodrigues

José Nelto
José Vitti
Karlos Cabral
Lêda Borges
Lívio Luciano
Lincoln Tejota
Lissauer Vieira
Lucas Calil
Luis Cesar Bueno
Major Araújo
Manoel de Oliveira
Marlúcio Pereira
Marquinho Palmerston
Nélio Leite
Paulo César Martins
Sérgio Bravo
Simeyson Silveira
Talles Barreto
Virmondes Cruvinel
Wagner Siqueira

Edição
Lethícia Ávila (GO n. 2738)
Fran Rodrigues (GO n. 2340)

Redação
Alessandra Sousa (TO n. 759)
Fran Rodrigues (GO n. 2340)
Katyuscia Godoi
Leandro de Castro (GO n. 3429)

Capa
Debora Taiane

Diagramação
Adriano Abreu

Fotografia
Agência Assembleia de Notícias

Impressão
Sete Gráfica e Editora



/AssembleiaGO



/tvassembleiagoiás



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
ESTADO DE GOIÁS
A CASA DO POVO

OS 21 REPRESENTANTES GOIANOS NA CONSTITUINTE

DEPUTADOS



ALDO ARANTES
- Advogado
- Natural de Anápolis



LÚCIA VÂNIA
- Natural de Cumari
- Jornalista



ANTÔNIO DE JESUS
- Natural de Anápolis
- Radialista, Professor, Ministro Evangélico, Psicólogo e Líder Sindical



MAGUITO VILELA
- Natural de Jataí
- Advogado



DÉLIO BRAZ
- Natural de Luziânia
- Empresário, Corretor de Imóveis e Agrimensor



MAURO MIRANDA
- Natural de Uberaba (MG)
- Engenheiro



FERNANDO CUNHA
- Natural de Itumbiara
- Advogado



NAPHTALI ALVES
- Natural de Morrinhos
- Engenheiro Civil, Professor e Bancário



JALLES FONTOURA
- Natural de Uberaba
- Engenheiro Civil e Produtor Rural



NION ALBERNAZ
- Natural da Cidade de Goiás
- Professor



JOÃO NATAL
- Natural de Macaúbas (BA)
- Advogado e Professor



PAULO ROBERTO CUNHA
- Natural de Rio Verde
- Agropecuarista, Advogado e Empresário



JOSÉ FREIRE
- Natural de Arraias (hoje Tocantins)
- Advogado



PEDRO CANEDO
- Natural de Anápolis
- Médico



ITURIVAL NASCIMENTO
- Natural de Rio Verde
- Advogado



ROBERTO BALESTRA
- Natural de Inhumas
- Agropecuarista, Industrial e Advogado



LUIZ SOYER
- Natural de Inhumas
- Advogado e Professor



SIQUEIRA CAMPOS
- Natural de Crato (CE)
- Agricultor, Industrial e Pecuarista

SENADORES



IRAM DE ALMEIDA SARAIVA
- Natural de Goiânia
- Advogado e professor universitário.



IRAPUAN COSTA JÚNIOR
- Natural de Goiânia
- Engenheiro



MAURO BORGES
- Natural de Rio Verde
- Agropecuarista e militar

ALGUNS MARCOS DA CONSTITUIÇÃO CIDADÃ

- Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações;
- Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;
- Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante;
- É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;
- É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;
- A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito, desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;
- Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;
- A prática de racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;
- A lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.

30º ANIVERSÁRIO DA CONSTITUIÇÃO É COMEMORADO

Programação especial em homenagem aos 30 anos da Constituição Federal faz parte do projeto

Uma data tão importante não poderia passar despercebida. Fruto do convênio entre a Alego e a Universidade Federal de Goiás (UFG), o projeto “30 Anos da Constituição Federal” tem como objetivo fazer um resgate histórico e registrar o papel dos congressistas goianos durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. Para celebrar a data, a Casa de Leis promoveu entre os meses de junho e agosto uma programação especial, que além de homenagear os parlamentares que participaram da Constituição de 88, ainda fomentou o debate sobre o tema entre os servidores do Poder Legislativo, a comunidade universitária e a sociedade em geral.

“É um material muito rico e pioneiro. Foi feito através de grande pesquisa e será uma referência histórica para estudantes e interessados no assunto”

Luciana Martins, jornalista

TV Assembleia

Alguns dos parlamentares goianos que integraram a constituinte foram entrevistados pela jornalista Luciana Martins em uma série de programas sobre o assunto. “Nós entrevistamos 15 constituintes. Eles nos contaram um pouco sobre o processo de elaboração da Constituição, das curiosidades e dificuldades enfrentadas para que a Carta Magna fosse promulgada”, afirma. Os programas já estão no ar pela TV Assembleia e podem ser vistos também no canal da Alego no Youtube.

A partir dessas entrevistas, a TV também produziu um documentário sobre o tema. “É um material muito rico e pioneiro. Foi feito através de grande pesquisa e será uma referência histórica para estudantes e interessados no assunto. Não há no estado nenhum trabalho com essa extensão”, analisa Luciana.

Coordenado pela Diretoria de Comunicação da Casa, o documentário sobre a vida e atuação dos 21 parlamentares de Goiás que participaram da Constituição contou com apoio científico. “Cada gravação foi acompanhada por um cientista político e contou com o apoio da professora de Ciência Política da UFG, Denise Paiva”, acrescenta o diretor de Informação e Divulgação da Presidência da Alego, Joel Sant’anna Braga, que viabilizou a parceria da Alego com a UFG.

Para Goiás, a Constituição de 1988



Foto: Carlos Costa

trouxe ainda mais uma novidade: sua divisão. “Eu já havia tentado várias vezes criar o estado do Tocantins, mas muitos parlamentares eram contra. Assumi a luta pela criação do estado com toda minha energia e dedicação”, relembra, em uma das entrevistas concedidas à TV Assembleia, o autor da proposta de criação do Tocantins e integrante da Assembleia Constituinte, Siqueira Campos.

Das 26 mulheres Constituintes, apenas uma era goiana, a parlamentar Lúcia Vânia. “O machismo estava em todos os momentos. Não queriam saber das nossas ideias, ficavam buscando uma musa da Constituinte, mas tivemos respaldo do movimento feminista, que se fazia presente de forma intensa. Conseguimos conquistas importantes como o Art. 5º, Inciso I, que diz que homens e mulheres são iguais em direi-



Foto: Ruber Couto

tos e obrigações”, afirma.

Um resumo da produção foi lançado durante solenidade realizada no mês de junho, no Salão Nobre Henrique Santillo da Casa de Leis. Segundo Joel Sant’anna, o material tem como finalidade principal ampliar a repercussão do conteúdo produzido, bem como democratizar informações nele contidas. “É importante que a sociedade conheça esse trabalho de resgate histórico de nossa Constituição Federal, reconhecendo as mudanças e benefícios que sua promulgação acarretaram para Goiás e para o Brasil”, destaca Joel.

TRABALHO COM DIVERSAS ATIVIDADES NA ALEGO

de resgate da memória do Poder Legislativo em Goiás

“As entrevistas que serão publicadas no livro e no site trazem a avaliação daquele período, a contribuição de cada parlamentar constituinte”

Victor Hugo Lopes, jornalista

Agência de Notícias

A Agência Assembleia de Notícias também está produzindo um importante material sobre os 30 anos da Constituição. “Estamos elaborando um livro e um site que conterá vasto conteúdo histórico e poderá ser consultado pela população em geral. Será muito valioso e importante fonte de pesquisa”, aponta Cida Mendonça, chefe da Seção.

Trabalhando nesse projeto há cerca de um ano, o jornalista Victor Hugo Lopes entrevistou todos os constituintes goianos vivos. “As entrevistas que serão publicadas no livro e no site trazem a avaliação daquele período, a contribuição de cada parlamentar constituinte, como era a convivência entre eles e também algumas curiosidades sobre a elaboração da nossa Carta Magna. Conseguimos falar com todos eles. É um trabalho histórico e muito rico, que traz detalhes sobre a elaboração de uma lei tão importante para o país”, completa Victor Hugo.

Seminário

Em parceria com o Programa de Pós-Graduação de Ciência Política da UFG, a Alego também promoveu um seminário em homenagem aos 30 anos da Constituição Federal. Realizado nos dias 21 e 22 de agosto no Auditório Costa Lima, o evento abordou temas ligados à estrutura e organização política do Estado brasileiro e contou com a participação de renomados profissionais da área.

Para a professora Denise Paiva, uma das coordenadoras da iniciativa, o debate possibilitou uma melhor compreensão a respeito de assuntos que norteiam a doutrina democrática brasileira. “Foi uma excelente oportunidade não só para celebrarmos a promulgação da Constituição, um marco fundamental no restabelecimento do Estado de Direito em nosso país, bem como para discutirmos questões importantes relacionadas ao funcionamento e dilemas da democracia brasileira”.

Denise ressaltou a importância da realização do projeto, especialmente pela atual conjuntura política do País e pela proximidade com o pleito eleitoral. “É um projeto relevante em que debatemos os avanços e conquistas para a sociedade, resultantes do texto constitucional de 1988. Além disso, foi também uma oportunidade para discutirmos nossos problemas atuais, nossas expectativas e possíveis cenários pós eleições”.

A cobertura desse evento pela TV Assembleia está disponível no YouTube. No IG TV da Alego no Instagram você pode acessar alguns trechos da conferência de abertura: Democracia, Instituições Políticas e Governos no Brasil pós-1988: balanços e expectativas. Também no nosso IG TV você confere uma entrevista com os conferencistas Sérgio Abranches e Carlos Pereira, ambos doutores em Ciência Política por universidades estadunidenses.



Foto: Ruber Couto

“É importante que a sociedade conheça esse trabalho de resgate histórico de nossa Constituição”

Joel de Sant'anna, diretor de Informação e Divulgação da Presidência



Foto: Ruber Couto



Werickson
Ribeiro



30 ANOS
CONSTITUIÇÃO
FEDERAL
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE GOIÁS



Helida
Noleto

NASceram JUNTO COM A CONSTITUIÇÃO

Servidores da Alego que também completam 30 anos em 2018 compartilham suas histórias e visões sobre os rumos do Brasil depois da CF

Hélida Noleto é natural de Miracema do Tocantins, na época Miracema do Norte, já que antes da Constituição a região pertencia ao norte goiano. “Minha cidade foi a capital provisória, mas isso não mudou o estilo de vida do interior. Brincávamos na porta de casa. Foi um tempo maravilhoso”, relembra.

No fim do Ensino Fundamental, os pais a enviaram para estudar em Goiânia. Aqui apaixonou-se pelo curso superior de Serviço Social. “Na época abriu o curso na minha cidade. Eu passei no vestibular com 18 anos e voltei para lá”, conta Hélida, que fez parte da primeira turma de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins. “Ajudar os outros, efetivar o direito das pessoas mais carentes, trazer de alguma forma melhoria para a vida das pessoas. Esse era o meu intuito”.

Foi na faculdade que ela teve um contato mais aprofundado com a Carta Magna, já que o texto constitucional de

88 ficou conhecido como Constituição Cidadã justamente pela atenção conferida às garantias e direitos fundamentais. “A Constituição foi um ganho e isso não se discute. O problema não está no documento. Está em quem executa as nossas leis. Tem muita coisa para melhorar”, reflete.

Ana Luiza Guimarães atua na Secretaria de Contratos, Convênios e Projetos Institucionais da Casa. Pós-graduada em Direito Público, ela enfatiza o papel da Constituição na organização do Estado e na participação popular na vida política do país. “A adoção do regime presidencialista, ratificado por plebiscito em 1993, deu ao presidente da República o poder de comandar a administração do Executivo federal através de eleições diretas”.

Werickson Ribeiro, também formado em Direito, trabalha na área de licitações na Alego. Ele nasceu no exato dia da promulgação da CF. “Sinto-me lisonjeado

por dividir essa data especial com um símbolo de tamanha expressão para toda a nação. Este marco tem um sentido especial porque o texto resguarda importantes direitos individuais. É difícil até imaginar como foi o período em que não havia liberdade de expressão no Brasil. Fui abençoado em nascer já com esses direitos garantidos”, comemora.

Ele pondera que apesar de a Carta Magna prever uma série de direitos como educação, segurança e saúde, o país ainda caminha para a efetivação desses princípios constitucionais. “O poder público precisa estabelecer maneiras para que seus cidadãos conheçam melhor a Constituição. Comigo isso só foi possível após um período de estudos do Direito. Uma grande falha do Estado brasileiro é não tornar obrigatório o estudo destes dispositivos desde a infância, pois assim teríamos cidadãos mais críticos e conscientes”, opina.

LEMBRANÇAS

1988 já foi inesquecível pela movimentação política, mas na vida pessoal também foi um ano marcante para muitas pessoas. Conheça algumas memórias dos servidores da Alego



Doriocan

Apesar da estagnação econômica, os anos 80 foram bem significativos para o servidor Doriocan Dias. “Me casei em 1982 e em 1988 nascia o meu terceiro filho. Eu trabalhava muito, voltei a estudar, mas tive que parar. Muitas horas-extras e noites viradas”, relembra. No ano da promulgação da Constituição, Doriocan se recorda de um importante fato. “Comprei meu primeiro carro! Era um Chevette! Esse carro foi um trampolim para uma casa num lugar melhor. Já no ano seguinte ele foi dado como sinal na compra dessa casa, que mais tarde ficou para meus filhos. Foi muito marcante para mim”.



Fábio

O servidor Fábio Borges presenciou parte do processo de elaboração da Constituição. “Fui para Brasília para acompanhar de perto. Eu era estudante universitário e tinha 23 anos. Fui movido à curiosidade”. O país passava por grande mudança naquela época e as pessoas ficaram esperançosas. “Foi um alvoroço no país inteiro! Todos estavam desejando mudanças. É claro que a Constituição sozinha não consegue mudar a realidade do país, mas estávamos confiantes”. Os profissionais que atuavam no serviço público naquela época foram considerados estáveis a partir da Constituição de 88. “Me tornei estável a partir de então. Isso foi algo importante para mim também”, destaca Fábio.

UMA TESTEMUNHA DA HISTÓRIA

Diretor Parlamentar na Assembleia, Rubens Sardinha é servidor da Casa desde 1971. Quando ingressou ainda muito jovem, ele talvez nem imaginasse que viria a ser uma referência, para servidores e deputados, como profundo conhecedor do Poder Legislativo. Em entrevista ao Jornal Alego, ele conta sobre o que viveu ao longo desses 47 anos de serviços prestados ao Parlamento goiano

O senhor sempre trabalhou na área jurídica da Alego?

Não. Desde o começo meu sonho era ir para a Diretoria Legislativa, que abrangia o que hoje são as Comissões e a Diretoria Parlamentar, mas ingressei na Casa como auxiliar de Relações Públicas. Ainda nem tinha entrado na faculdade de Direito, o que faria pouco tempo depois. Exerci diversas funções antes de conseguir chegar à minha área de formação. Trabalhei na Folha de Pagamento, na tarefa quase artesanal de preencher o holerite dos servidores, que era todo feito à mão; depois surgiu uma vaga para assessorar os deputados em plenário. Eu os atendia com todo zelo, até levando água e café quando faltava alguém, mas já estava adiantado no curso de Direito e queria mesmo ir para a área jurídica. Ainda durante a graduação consegui ser assistente jurídico. Nessa época a Ordem do Dia precisava ser impressa em uma gráfica dentro da Assembleia. A gente corria muito para entregar tudo em papel aos deputados e jornalistas.

E como foi que o senhor chegou à Diretoria Parlamentar?

Sempre fui muito curioso. Cumprava todo meu trabalho, mas gostava de frequentar o plenário e entender o funcionamento desse Poder. Quando me formei, passei a ser Pesquisador Legislativo, o primeiro da Casa. Depois trabalhei para as Comissões, onde participei da criação de vários municípios goianos, assessoriei presidentes e, com o tempo, fui assumindo mais funções. Meu trabalho nas Comissões foi muito reconhecido e os parlamentares começaram a confiar bastante nos meus pareceres e opiniões.

Ganhei ainda mais atribuições em 1995, quando o então presidente Luiz Bittencourt percebeu a necessidade de fazer uma ampla renovação na administração da Casa. Houve uma grande mudança tanto na parte física, com a reforma do plenário e de anexos, quanto na condução dos trabalhos, quando me tornei procurador jurídico. Desde então estou na Diretoria Parlamentar, seja na função de diretor ou no quadro de especialistas.

De quais atividades na Alego o senhor mais se orgulha?

Em muitas Assembleias, até hoje a representação jurídica do Legislativo é feita pelos procuradores do Estado. Há muito tempo eu me incomodava com isso e tinha o sonho de que a Alego tivesse mais autonomia. Mostrei à presidência da Casa quão importante seria transfor-

mar os cargos de consultoria jurídica em procuradoria. Tivemos êxito na articulação porque os parlamentares perceberam a relevância do tema. Então, foi aprovada a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que ampliou os poderes de representação do corpo jurídico da Alego. Sinto muito orgulho de ter participado da estruturação e das melhorias dessa carreira que tanto agrega ao corpo técnico da Assembleia.

Também fiz parte de uma comissão de servidores designados a construir o plano de cargos e salários em 2001, participei de todas as reformas do Regimento Interno, ajudei a pensar a construção da nova sede e integrei as discussões para a realização dos concursos públicos da Casa. São muitas as realizações e conquistas porque dediquei quase toda a minha vida ao Poder Legislativo.

Que lembranças o senhor tem da Alego do passado?

Quando entrei na Casa, o regime militar já estava em uma fase mais branda e não chegou a haver, por exemplo, cassação de deputados nesse período. Os partidos mais fortes eram UDN e PSD e havia oposição, mas limitada pelo regime. As pessoas já estavam se organizando e criando coragem para enfrentar os militares.

No tocante ao processo legislativo, muita coisa é diferente da Assembleia atual. Havia três turnos de votação e era preciso discutir e votar artigo por artigo. Lembro muito também de como os discursos dos parlamentares eram bons. Tivemos grandes tribunos, deputados muito cultos. Certa vez, quando recebemos a visita de um embaixador da França, um deputado foi à tribuna e discursou em francês para homenagear o visitante.

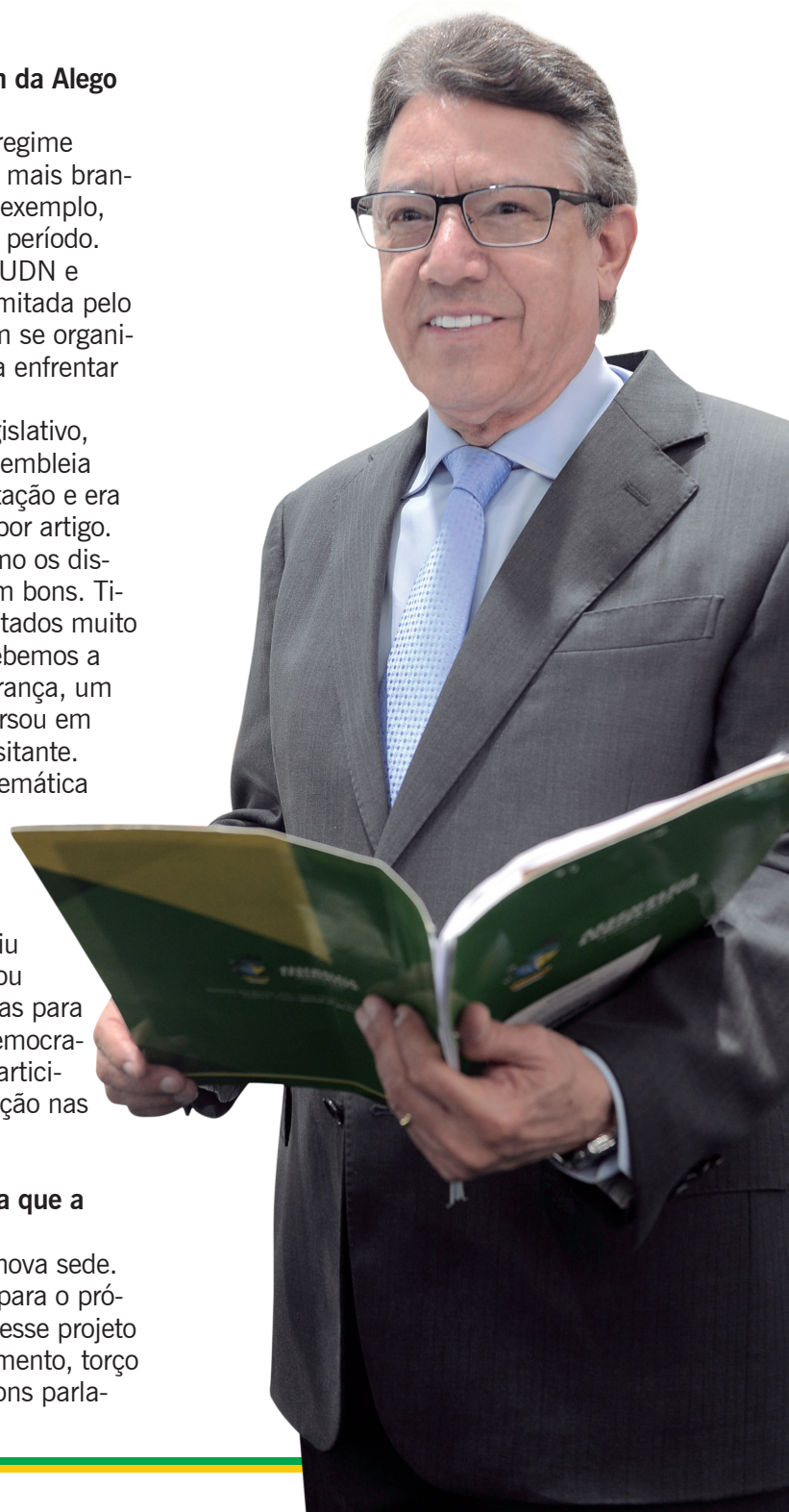
Eu fiz parte da Comissão Temática para discutir a Constituição do Estado. O presidente Solón Amaral, que era professor de Direito Constitucional e tinha muita bagagem, conduziu os trabalhos. O processo contou com muitas audiências públicas para ouvir a sociedade. Com a redemocratização, ampliou-se muito a participação e a presença da população nas atividades da Assembleia.

Que diretrizes o senhor espera que a Alego siga no futuro?

O meu sonho é concluir a nova sede. Queremos deixar tudo pronto para o próximo presidente levar adiante esse projeto antigo. Com relação ao Parlamento, torço para que continuemos a ter bons parla-

mentares, líderes com vocação e respeito pela atividade legislativa. Também espero que o Orçamento Impositivo se torne uma realidade para fortalecer o Poder Legislativo. Os deputados precisam da garantia das emendas para beneficiar as regiões e segmentos que eles representam. Assim, a Assembleia caminha para ser um Poder mais forte e transparente, que conta com a participação ativa da sociedade.

“Torço para que continuemos a ter bons parlamentares, líderes com vocação e respeito pela atividade legislativa”



PARLAMENTO, CONSTITUIÇÃO E REDEMOCRATIZAÇÃO

Um olhar histórico-jurídico sobre constitucionalismo e representação social

Por Gabriel Ricardo Jardim Caixeta

Pelo menos a partir de 1215, com o advento da Magna Carta - uma reação ao despotismo na Inglaterra de João Sem-Terra - a história do constitucionalismo se confunde com a necessidade de representação política, com vistas à consecução de dois objetivos: a proteção de direitos e o controle do exercício do poder político.

Engana-se quem pensa que a primeira função do Parlamento foi a de meramente criar leis. Na verdade, esta foi a última a ser-lhe incorporada. De fato, se a origem do Parlamento, tal como o conhecemos hoje, remonta o século XI, a função legislativa só apareceu no século XV, no contexto histórico em que a legislação passa de uma tradução da vontade divina para a concretização da vontade dos homens. O Parlamento, antes de tudo, foi um órgão voltado à limitação do poder. Aliás, está na representação política a grande diferença entre o exercício da democracia dos modernos e o dos antigos (isto é, como se praticava na Grécia Antiga), como bem demonstrou Benjamin Constant.

Na Europa, o Parlamento oscilou entre a posição hegemônica sobre os outros poderes, nos séculos XVIII e XIX, até ser suplantado pelo Executivo, a partir da Primeira Guerra Mundial. Um aspecto interessante desse evoluir histórico é que foi a negativa de representação que motivou a revolução mais importante do mundo ocidental, em termos de novidades de cunho político-sociais e constitucionais: a revolução americana. A rebeldia não se voltou propriamente contra o rei inglês, mas contra o próprio Parlamento (quanta ironia!), que vedou aos colonos do Novo Mundo a possibilidade de fazerem-se representar nessa instituição e participar de suas decisões. Mais uma vez, a questão tributária e também outras relativas à proteção de direitos estavam no cerne da satisfação da necessidade de manifestar-se perante a metrópole. Como se sabe, a revolução americana desembocou na independência das Treze Colônias americanas que, por sua vez, fundaram o constitucionalismo moderno, alçando o povo à condição de titular soberano do Poder.

Democracia brasileira

De forma bem simples, a democracia pode ser conceituada como a possibilidade de um povo decidir sobre seu próprio destino, o que, à evidência, somente é possível num ambiente de liberdade. As Constituições, quando são fruto da vontade do titular do Poder e não simplesmente outorgadas pelo ditador da vez, servem para assegurar que aquilo aconteça.

No caso brasileiro, depois do nefasto período de governo militar e de Congresso Nacional manietado, a democracia no país - historicamente frágil e intermitente - ganhou nova chance com a Constituição de 1988.

A Carta significou a proposta de transformação da sociedade brasileira, dentro de uma perspectiva civilizatória. Não por outro motivo foram inseridos no texto constitucional vários "objetivos fundamentais" - que ainda hoje parecem não ter passado da categoria das intenções - como o desenvolvimento nacional, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza, promoção do bem de todos, etc, tudo isso certamente a ser alcançado pela implementação de um rol generoso de direitos individuais e sociais.

Para além disso, a Constituição Federal também é um documento voltado à exaltação de uma sociedade plural. Eis, então, um novo desafio para a democracia representativa: elevar-se ao paroxismo, isto é, fazer refletir no âmago do Parlamento a pluralidade de grupos de interesse e a multiplicidade de opiniões ou visões de mundo. Diante da magnífica diversidade brasileira, as Casas Legislativas continuam tomando suas decisões pela maioria, é verdade, mas devem garantir que as minorias também possam participar desse processo de tomada de decisões, a fim de defender os seus direitos. Na contemporaneidade, em tempos de Estado Constitucional, só assim elas se legitimam.

“A Constituição Federal é um documento voltado à exaltação de uma sociedade plural”



Foto: Y. Maeda

Gabriel é procurador da Alego, Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Pós-graduado em Direito Tributário pela *Faculdade di Giurisprudenza*, Università di Bologna (Itália) e Mestre em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP).